

CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAIPU

Edson Belo Clemente de SOUZA

Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.
Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Agronegócio
e Desenvolvimento Regional - GEPEC
e-mails: ebelo@unioeste.br
ebelo2003@yahoo.com.br

Resumo: As circunstâncias históricas da construção da barragem da Itaipu estão inseridas no contexto político do capitalismo brasileiro. As estratégias da política econômica dos governos militares estabeleceram prioridades de desenvolvimento, através de planos desenvolvimentistas. O projeto Itaipu insere-se na orientação política que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia.

Palavras-chave: Estado; desenvolvimento; produção de energia; política econômica.

Abstract: The historical circumstances of Itaipu barrier construction are insert at the Brazilian politic capitalism context. The politic economical strategies of military government establish priorities of development, across the planes unfolding. The Itaipu's project insert at the politic orientation who has decided the maxim profit of hydraulic recourses for energy production.

Keywords: State; development; energy production; economical politics.

O Estado na economia brasileira sempre teve papel significativo e expressivo como produtor de espaço, sobretudo nos últimos trinta anos, por múltiplos instrumentos e visando a valorização do capital. Assim, a intervenção do Estado na economia brasileira foi indutora do processo de crescimento econômico, influenciando e induzindo fortemente as decisões do setor privado quanto à alocação de recursos na economia. Assim:

Entre meados da década de 1950 e o final dos anos 70, o desenvolvimento econômico brasileiro foi comandado por uma forte intervenção do Estado, cujas bases foram a intervenção direta na produção e a forte concessão de subsídios, o que provocou uma expansão do produto, mas também aumentou o déficit e a dívida pública (FERREIRA, 1999, p. 57).

Conforme Gonçalves (1984), a intervenção do Estado, com o objetivo de facilitar os caminhos do grande capital, acentua-se desde o final do século XIX. Gottdiener (1993) procura mostrar a atuação do Estado através de sua política que, de modo geral, subsidia com dinheiro público a produção do espaço do e para o setor privado.

Buscando solucionar as denominadas “crises econômicas”, o Estado organiza estratégias de superação, procurando efetuar as intervenções com políticas macroeconômicas e setoriais, garantindo os benesses econômicos à elite em detrimento da grande maioria da população. Como afirma Ferreira, sobre essa racionalidade do Estado:

manifesta-se pelas políticas gerais de planejamento do desenvolvimento e de integração territorial e pelas políticas específicas de estímulo à indústria e ao projeto habitacional, pela garantia entre as prioridades para o direcionamento de investimentos e outras facilidades para o capital (1999, p. 66).

Os governos militares deram suporte a esse modelo de desenvolvimento econômico:

A partir da junta militar de 1969 e do governo Médici, assiste-se à consolidação desse regime autoritário e desenvolvimentista que vai mostrar, contrariando a crença da esquerda até então, que ao imperialismo não interessava a não industrialização do país, será justamente sob a égide do capital internacional que o Brasil alcançará o maior desenvolvimento industrial de sua história. Esse desenvolvimento se fazia ainda num país onde as elites dominantes não tinham por tradição respeito seja pela natureza, seja pelos que trabalham (GONÇALVES, 1996, p. 14).

Os planos setoriais e nacionais foram elaboradas por vários governos desde o Plano de Metas (1956-61)¹ até o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Da

análise, pode-se constatar que os planos de desenvolvimento mostram as intenções de diretrizes de governo. As diretrizes apresentam variados níveis de complexidade, por vezes apenas explicitam intenções traduzidas por metas de produção, por vezes abarcam análises de maior alcance setorial dos aspectos econômicos, políticos e sociais.

Enquanto o I PND² propugnava uma participação majoritária do transporte rodoviário, considerado também como principal fator para a integração da nação, no II PND³ ressalta-se a política para o setor de energia.

O choque do petróleo⁴, ocorrido em outubro de 1973, provocou uma crise energética mundial, obrigando os países mais avançados a rever suas estratégias de consumo e produção de energia. Assim, entre as principais diretrizes formuladas no II PND, destaca-se o setor de energia com a intenção de reduzir a dependência energética de combustíveis fósseis. Aparentemente há desestímulo ao uso intensivo do transporte rodoviário em relação a outras formas de transporte mais econômicas no que diz respeito ao gasto de combustível, mas tal não ocorreu porque conflitava com outras estratégias governamentais. A construção de barragens foi incentivada, tendo em vista a geração de um tipo de energia tida como alternativa à que era extraída do petróleo (FERREIRA, 1999).

O II PND, considerado um plano desenvolvimentista e antiinflacionário, destacou-se com o início da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, com o acordo nuclear Brasil-Alemanha e a criação do Pró-Álcool, medidas ligadas à crise energética mundial.

Segundo expresso no II PND, o Brasil caminharia para o desenvolvimento. Para tal, a implantação de segmentos produtores de insumos básicos e de uma indústria de bens de capital de porte considerável fazia parte de uma fase recente do processo de industrialização (SHIMIDT, 1983). Para superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento, o II PND escolhia superar a atrofia destes setores (insumos básicos e bens de capital) (CASTRO & SOUZA, 1985).

Diante das orientações de política econômica:

o setor de energia elétrica manteve maciço programa de investimentos, que envolvia empreendimentos dotados de escalas técnicas mais elevadas e concentrava no grupo Eletrobrás parcela expressiva do esforço do crescimento. Por outro lado, alterou-se de forma significativa o perfil de financiamento do setor de energia elétrica, que passou a apoiar-se preferencialmente em empréstimos externos, em detrimento dos recursos gerados pelo próprio setor, como ocorrera até 1974 (LIMA, 1995a, p. 90).

Sob a égide do poder público, tendo em vista que a iniciativa privada não assumia e não assume tais empreendimentos, considerando, inclusive, o tempo de

retorno do capital investido, impunha-se, através de um investimento estatal, “uma redefinição de infra-estrutura dirigida à construção de estradas de penetração e à instalação de uma extensa rede de comunicação e de energia capaz de dar suporte a esses projetos” (PIQUET, 1990, p. 73).

Gonçalves (1990, p.31) reafirma o papel dos grandes projetos para o desenvolvimento capitalista brasileiro:

Eis aqui o cerne dos grandes projetos que causarão fortes impactos ambientais no país. As hidrelétricas gigantescas; as estradas integradoras do território nacional; os monumentais sistemas de comunicação via satélite serão os marcos da nova organização do espaço brasileiro, promovida pelo grande capital monopolista, comandado pelo Estado a seu serviço. O regime autoritário que dirigiu este processo não foi um elemento accidental. A inexistência de tradição de liberdades democráticas fez com que a implantação do grande capital internacional não encontrasse aqui os limites que a sociedade civil lhe impunha nos seus países de origem.

Imprescindível às circunstâncias, o Estado adquiriu papel de suma importância enquanto promotor do processo industrial. Como afirma Castro & Silva, “o plano (II PND) deixa claro que a consecução destas mudanças requer a ativa presença do Estado” (1985, p. 31). Não obstante,

[...] a ação do Estado entre meados dos anos 60 e fins da década de 70 tenha sido para integrar a estrutura industrial e consolidar o processo de industrialização, as políticas implementadas apresentaram deficiências e lacunas em termos de política industrial que contribuíram para criar uma mentalidade protecionista, agravar o atraso tecnológico e manter a indústria com baixos níveis de eficiência e pouco competitiva” (SUZIGAN, 1988, p. 5).

Os gigantescos investimentos, na Petrobrás, Siderbrás, Embratel, Eletrobrás⁵ e em outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa. E isto num duplo sentido: por sua função estratégica e pelo fato de que, de suas encomendas, derivavam numerosos projetos levados a efeito pelo setor privado (CASTRO & SOUZA, 1985).

No contexto da crise do petróleo, o II PND elaborou um plano de expansão do setor, que atenderia o mercado de energia elétrica até 1990. Considerando a capacidade instalada de 17.500 MW em 1974, o plano, denominado de Plano 90, projetou a instalação de 30.000 MW até o final de 1980. Além da construção da usina de Itaipu, previa a implantação de mais usinas de grande porte⁶.

A consolidação de uma economia moderna, mediante a implantação de novos setores, a criação e adaptação de tecnologias, como parte integrante do II

PND⁷, vinculou-se ao propósito de suprir uma demanda de energia, diante da crise que afetaria os fundamentos da sociedade industrial moderna (CASTRO & SOUZA, 1985). De acordo com Vainer:

As grandes hidrelétricas constituem – por sua dimensão, natureza, modo de implantação, objetivos – um caso típico de Grande Projeto de Investimento (GPI). Sua multiplicação, a partir dos anos 60 e 70, consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial do planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade (1992, p. 51).

A inserção histórica da construção de Itaipu é um elemento importante de análise, principalmente porque marca um ciclo importante do capitalismo brasileiro e mundial. As políticas de desenvolvimento direcionam o parque industrial brasileiro para um padrão semelhante ao dos países industrializados,⁸ buscando incluir o Brasil entre os países industrializados.

A noção de desenvolvimento que se tornou hegemônica em nossa sociedade associou as idéias de progresso, bem-estar, melhoria, a um sentido evolutivo unilinear, onde os povos puderam ser classificados numa escala que vai do atraso ao progresso, do tradicional ao moderno, ou ainda do subdesenvolvimento ao desenvolvimento.

O ideal desenvolvimentista que se firma a partir dos anos 50 é um caso exemplar em nossa história recente de concepção unilinear de desenvolvimento. Assim, assevera-se que:

Associado à afirmação do projeto capitalista e da hegemonia norte-americana, no contexto da guerra fria, constituiu-se num conjunto de idéias-força que motivaram às políticas de desenvolvimento. A sociologia do desenvolvimento, formulada pelos técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), postulava como objetivo o desenvolvimento ou a modernização das sociedades chamadas ‘tradicionais’ ou ‘atrasadas’, tendo como paradigma de desenvolvimento a sociedade industrializada norte-americana.

Os objetivos políticos dessa estratégia eram principalmente: abrir espaços para a expansão capitalista em novo estágio de acumulação e de divisão internacional do trabalho; e manter a hegemonia norte-americana, ampliando sua esfera de influência, a fim de barrar eventuais avanços do bloco soviético (CARVALHO, 1991, p. 17-18).

A experiência histórica evidenciou a insustentabilidade social e ambiental do projeto desenvolvimentista. A grande concentração da riqueza e o aumento dos níveis de pobreza absoluta da população do planeta, além da generalizada degradação ambiental,

não deixam dúvidas sobre a ilusória promessa de sociedade de bem-estar. Conforme assevera Gonçalves, sobre as idéias da FIESP:

A FIESP desloca o debate acerca do nacionalismo, até então pensado em termos populistas (Vargas), ao afirmarem que o verdadeiro nacionalista é aquele que quer o desenvolvimento da nação. A hegemonia ideológica passa a ser a do nacional-desenvolvimentismo, através de uma nova articulação das classes dominantes nacionais com o imperialismo, tendo à frente a burguesia industrial, sobretudo a ligada à FIESP (1990, p. 30).

Dentre as características das sociedades ditas desenvolvidas estava seu alto potencial de fontes energéticas. O Brasil fez sua opção, conforme demonstra estudo feito por Rosa (1988) sobre grandes projetos de geração de energia elétrica. Rosa (1988) revela que nosso país, entre os países em desenvolvimento, destaca-se como um dos que mais investiram em grandes projetos, principalmente na década de 70. O mesmo autor reafirma a importância de inserir os grandes projetos no contexto capitalista, questionando o papel dos grandes projetos energéticos e a estrutura de desenvolvimento adotada.

O debate sobre Itaipu, nos anos de 1973 e 1974, questionava a magnitude da usina, sendo o projeto considerado por muitos extremamente ambicioso, tendo em vista as dimensões e as perspectivas de crescimento da economia brasileira. Mas, “[...] verificou-se posteriormente um acelerado crescimento do consumo de energia elétrica, de modo que essas obras acabaram se revelando adequadas àquela perspectiva e o mercado absorvendo toda a capacidade geradora que vinha sendo instalada no país” (LIMA, 1995b, p. 171). Pode-se, assim, considerar que a crise está relacionada à produção e ao consumo de energia.

A Itaipu foi idealizada durante os anos do “milagre econômico” que caracterizou o Brasil pós-64, período no qual foi imposto um Estado que colocou em prática grandes projetos de investimento econômico, cuja meta foi a de implantar uma indústria de bens de capital.

O projeto de Itaipu insere-se na orientação política que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia⁹. Constituiu uma “alavanca” indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, conforme palavras utilizadas pelos militares da época.¹⁰ “Afim, essas obras faraônicas foram a menina dos olhos do regime autoritário brasileiro que se apresentava como símbolo do Brasil Grande, como necessárias à ‘Segurança e Desenvolvimento’ do país” (GONÇALVES, 1990, p. 32).

A hidrelétrica de Itaipu, engajada nesses grandes projetos produtores de energia, contribui na sustentação de uma estratégia de âmbito nacional. Para Lima, a Itaipu significou muito mais:

A concepção da usina de Itaipu anunciava características de expansão do setor de energia elétrica que se tornariam mais evidentes no correr da década de 1970. Em primeiro lugar, o projeto de Itaipu apontava para a ocupação de novas fronteiras, cada vez mais distantes dos centros consumidores, entre as quais a Amazônia constituiria desdobramento natural. Em segundo lugar, indicava escalas técnicas sensivelmente mais elevadas, na média, do que as prevalecentes na década de 1960. Em terceiro lugar, o financiamento da usina de Itaipu, francamente apoiado em recursos externos, reforçava a tendência de endividamento do setor de energia elétrica, iniciada no final da década de 1960 e acentuada durante a década de 1970. Finalmente, o projeto de Itaipu consolidava a posição da Eletrobrás como agência de planejamento, de financiamento e de *holding* federal no setor de energia elétrica, controlando empresas atuantes em todo o território nacional e assumindo parcela crescente da produção nacional. (1995a, p. 112).

A Eletrobrás, durante os anos que antecederam o início da construção da Itaipu, teve importância significativa para o setor energético, conforme um de seus presidentes que participou do planejamento da Itaipu, Mário Bhering:

A Eletrobrás, como órgão executivo da política de energia estabelecida pelo Ministério, é peça-chave neste contexto, seja como principal financiadora, seja como centro de planejamento e de coordenação operativa. Inserida, por assim dizer, entre o Ministério e as empresas concessionárias, sua missão não é fácil, mormente dentro de um setor que se caracteriza pela descentralização administrativa, com grande autonomia das direções das empresas concessionárias (Revista Brasileira de Energia Elétrica, 1975, p. 71).

Na mesma oportunidade, em novembro de 1975, o então empossado presidente da Eletrobrás, Antônio Carlos Magalhães, enfatizou alguns aspectos da conjuntura econômica:

No quadro atual da crise internacional de energia, cumpre intensificar os aproveitamentos hidrelétricos e garantir, quando não for possível acelerar, o cumprimento dos cronogramas das obras em curso, como meio de aliviar a dependência do País de fontes externas de energia. Devem-se também procurar obter saldos positivos de produção de energia hidrelétrica em relação ao consumo interno, capazes de permitirem o aumento da exportação de produtos em cuja elaboração incida parcela significativa da energia assim gerada. Isto poderá contribuir para produzir divisas necessárias ao equilíbrio da balança comercial do País, submetida atualmente à pressão derivada das importações de petróleo (*Ibid*, p. 74).

Desse modo, encarregada da coordenação e execução da política de energia elétrica do País, a Eletrobrás tem intervindo, significativamente, nos rumos do desenvolvimento do País, haja vista o seu poder decisório e a importância da energia elétrica.

Analisar o papel representado pela Itaipu, enquanto projeto de investimento sobre os padrões de ocupação do território nacional, requer recuperar a política industrial do período do autoritarismo militar. A binacionalidade, firmada em dois tratados, 26 de abril de 1973 e 4 de dezembro de 1975, “[...] constitui, sem dúvida, uma demonstração inequívoca de maturidade política das elites dirigentes das duas nações” (A Energia Elétrica no Brasil, 1977, p. 202).

As elites defendiam, entre outros investimentos, como prioridade, dentre os grande eixos de infra-estrutura, a construção da Itaipu, conforme demonstra Castro & Souza, (1985, p. 43):

Prioridades de Governo

Segundo empresários	Segundo Ministros
Itaipu	Prospecção de Petróleo
Ferrovia do Aço	Expansão da Siderurgia
Expansão da Siderurgia	Transportes Urbanos
Prospecção de Petróleo	Saneamento Básico
Programa Nuclear	Ferrovia do Aço
Saneamento Básico	Telecomunicações
Transportes Urbanos	III Pólo Petroquímico
III Pólo Petroquímico	Programa Rodoviário
Programa Rodoviário	Programa Nuclear
Telecomunicações	Itaipu

Conforme Lima (1995a), o Plano 90, de 1974 e o Plano 95, de 1979, tornaram o setor elétrico um dos principais elementos de planejamento governamental, uma das áreas de excelência da administração pública. Do ponto de vista setorial, esta foi a fase de ouro do setor elétrico, pois

[...] foi a fase de maturação das medidas tomadas no final do “milagre”. A reestruturação da *holding*, através da Lei Federal nº 5.899, de 1973, foi completamente implementada com o II PND: a Eletronorte assumiu a ocupação da fronteira amazônica, Itaipu surgiu como grande projeto binacional, e a Eletrosul, Furnas e Chesf complementaram todo o sistema Eletrobrás. A operação interligada e a criação do Grupo Coordenador da Operação Interligada – GCOI, também em 1973, passaram a desempenhar papel decisivo na nova configuração do setor elétrico. Foi na década de 1970 que se constituiu uma nítida divisão técnica entre as fontes produtoras e os mercados consumidores, instalando, no Brasil, a operação interligada com o objetivo de otimizar todo o seu potencial hidrelétrico (Idem, 1995b, p. 171).

Apesar de o empresariado brasileiro ter priorizado a Itaipu, o esforço foi do setor público na sustentação do crescimento da economia brasileira, o que demonstra o que já foi explicitado por Gottdiener (1993). O capital privado nacional¹¹

não investia além dos serviços que lhe eram solicitados pelo próprio setor público. O capital privado estrangeiro era escasso, uma vez que as economias centrais estavam em crise. Esse esforço, prerrogativa do setor público, tinha, evidentemente, os seus limites (LIMA, 1995b).

A produção de energia de Itaipu era uma das alternativas no campo energético, em substituição ao carvão e ao petróleo. Comparando a outras alternativas, inclusive a nuclear, e incorporando a transmissão, “foi demonstrado” que os seus custos eram mais baixos, além de ser uma solução para os problemas de fronteira. Conforme a conferência proferida pelo General Costa Cavalcanti¹², explicita o papel atribuído à usina, que extrapola o econômico e se insere na outra perspectiva de produzir novos espaços numa área geopolítica:

Itaipu não é apenas uma hidrelétrica, apesar de ser a maior do mundo. Esta obra proporciona, cria condições para o desenvolvimento econômico e social de uma região e de dois países. E, mais do que isto, o projeto, a obra de Itaipu é um grande projeto, é um grande empreendimento, é uma grande obra de integração entre dois países, Brasil e Paraguai.¹³

No contexto geopolítico, a obra foi erguida também com essa estratégia, pois, como afirma Sotuyo (1988, p. 54): “ela estava voltada para o direcionamento militarista da classe governante brasileira. Sem dúvida, foram as manobras das forças políticas e militares que impulsionaram a construção de Itaipu como exemplo de progresso”.

O Plano Diretor que deu as diretrizes da construção da hidrelétrica de Itaipu começou em abril de 1961, quando:

[...] o Presidente Jânio Quadros recomendou ao Ministro das Minas e Energia que fizesse um estudo sobre a possibilidade do aproveitamento do potencial de Sete Quedas, observando, inclusive, o trabalho até então realizado naquela localidade para a produção de energia. Um ano mais tarde, foram contratados, para esse fim, os serviços técnicos do engenheiro Marcondes Ferraz, como foi amplamente divulgado pela imprensa (Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996).

Contrapondo aos projetos de mega-usinas, propugnava-se atenuar os impactos através de pequenas usinas de interesse regional. Assim, para Ferraz¹⁴, seria possível construir pequenas barragens por um custo menor, menos impactos e mais produção energética. Em 1962, Ferraz elaborou um relatório preliminar em que argumentava que os impactos ambientais seriam menores, inclusive Sete Quedas¹⁵ seria preservada, pois seriam construídas as pequenas barragens a montante de Sete Quedas. A opção previa produzir 10.000 Mw de energia elétrica, exclusivamente brasileira.

A proposta de pequenas barragens provocou reações do governo do Paraguai, que

sustentava o condomínio de seu país sobre o conjunto de Sete Quedas, o qual ficaria estabelecido pelos trabalhos de demarcação de fronteiras que eram realizados por uma comissão mista. A essa controvérsia sucederam-se, naquela região, algumas ações inamistosas. As relações entre os dois países não eram as melhores”¹⁶ (Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996).

A inviabilidade de levar adiante o projeto de Ferraz, denominado de Grupo de Trabalho de Sete Quedas, está na sua intransigência e indisposição, conforme demonstra Pereira (1974, pp. 55-56):

Em reportagem do Correio da Manhã, de 10.11.64, vinha analisado o comportamento do Eng^o. Otávio Marcondes Ferraz. Acusado de responsável pelos incidentes com o Governo Paraguaio, promovendo levantamentos em área daquele país, sem munir-se de consentimento, esse engenheiro que virá a assumir a presidência da Eletrobrás após março de 1964, defendia-se considerando dispensáveis tais consultas. Importante lhe parecia, naquela época, a participação argentina. Chegara mesmo a viajar a Buenos Aires e a proferir conferência em que sustentara a dispensabilidade da audiência do Paraguai. A participação argentina impunha-se para assegurar o consumo da energia a ser produzida e atrair a Light ou a Bond & Share ou outra empresa privada dessa categoria, para a região. Adversário confesso e implacável da Eletrobrás, em inúmeros pronunciamentos, não acreditava em energia produzida pelo Estado.

As entrevistas de Octávio Marcondes Ferraz provocaram notas de protesto de Stroessner, ao Governo de João Goulart. Reclamava participação em quaisquer estudos e a demarcação das fronteiras pelo Tratado de 1872, ainda não terminada. Engajado nas correntes políticas adversárias de João Goulart, o Eng^o. Marcondes Ferraz insistira nas provocações. Parecia interessado em criar animosidades que aumentassem os tormentos a esse Presidente da República.

Considerado o projeto mais viável, pelas circunstâncias apresentadas, iniciou-se um processo de negociações para a construção da Itaipu, face à conjuntura política entre os países da fronteira, como também os interesses de aproveitamento do mesmo rio, o Paraná. Os dois presidentes reuniram-se e combinaram não estabelecer qualquer utilização das águas na região fronteira, sem mútuo entendimento. Como demonstra Caubet (1991, p. 15): “A construção da barragem de Itaipu, sobre o médio Paraná, ilustrou bem a complexidade dos problemas que é preciso resolver para conciliar os interesses de vários Estados ribeirinhos, quando esses privilegiam utilizações diferentes das águas.”¹⁷

Irritados com a possibilidade de serem excluídos:

O Paraguai se insurgiu contra a pretensão brasileira. Com razão, porque, conforme o Tratado de Limites assinado pelos dois governos em 1872, quando no ar ainda havia cheiro de pólvora da Guerra da Tríplice Aliança, o rio Paraná

pertence “em condomínio” aos dois países, no trecho em que divide as duas fronteiras. Qualquer utilização do rio, portanto, também teria que ser feita em condomínio ou, no mínimo, com a aprovação das duas partes (Foz do Iguaçu - Retratos, 1997, p.28).

Em entrevista, Ferraz afirma que o Brasil não precisava ceder ao Paraguai, pois tinha todos os trunfos: “*Know-how*, o dinheiro, a capacidade de obter mais dinheiro para fazer a usina e, o que era mais importante, o mercado” (Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1993, p. 168). Pereira (1974) esclarece que o Engº. Marcondes Ferraz dirigira a construção da Usina de Paulo Afonso, participava do Conselho de Administração da Light, e um outro Marcondes Ferraz (Mariano) representava a General Elétric no Brasil. Essa empresa norte-americana vendia equipamentos para usinas.

Por sua vez, o Presidente Goulart convidou os soviéticos a estudar o aproveitamento de Sete Quedas:

Pelos cálculos do escritório Marcondes Ferraz, feitos em moeda forte, para fugir à desvalorização do cruzeiro, o custo da obra de Sete Quedas será mais ou menos de US\$ 1 bilhão. Os russos acreditam que poderão fazer a obra mais barata e, além de projetá-la, se oferecem também para construí-la, mediante financiamento a longo prazo, com parte substancial do pagamento em mercadorias brasileiras.

A energia será oferecida também aos governos da Argentina e do Paraguai (PEREIRA, 1974, p. 59).

Esta aproximação do Presidente Goulart com os soviéticos não era aceita pelo Presidente Stroessner, pois suas ligações com os Estados Unidos não indicavam qualquer possibilidade de negociação com os soviéticos. Assim, “O Presidente Alfredo Stroessner sempre teve a melhor boa vontade para com o Brasil, mas é certo que abjeta a participação soviética na elaboração do projeto ou execução da obra, pois Stroessner é violentamente anticomunista” (Jornal do Brasil, 09.01.64 *apud* PEREIRA, 1974, p. 60).

Superando as diferenças ideológicas, a constatação do Presidente Goulart, da grave crise de energia elétrica que se avizinhava, acelerava as negociações com o Paraguai, mas antes deveria contornar uma outra crise, com a Argentina.

As desavenças políticas com o Paraguai e Argentina colocavam em dúvida o profícuo empreendimento defendido pelas forças militares brasileiras. A Argentina argumentava que a usina de Itaipu inviabilizaria a usina de Corpus, situada a jusante, em território argentino. Da mesma maneira, Corpus traria problemas a Itaipu que teria suas turbinas afogadas. Para a Argentina, a usina importava em um atentado à sua soberania. Insistiam numa divisão eqüitativa do aproveitamento das

águas do rio Paraná. Ao Paraguai pesava o regime de força militar vigente ao qual foi submetido e a uma crescente oposição interna e externa a Itaipu. O noticiário da época publicava o seguinte:

A Binacional Itaipu, que está sendo construída pelo Brasil e Paraguai, além de estar expulsando índios e camponeses da região e inundando o Salto Sete Quedas, também está criando para os argentinos e paraguaios problemas bem sérios.

Para a Argentina, a barragem significa a ameaça sempre presente de Buenos Aires ser totalmente destruída pelas águas, caso haja um estouro das comportas. E quem conhece a responsabilidade com que estas grandes obras são construídas em terras brasileiras sabe dos riscos que o povo argentino está correndo.

Pelo acordo firmado entre as autoridades brasileiras e paraguaias, no final da construção da hidrelétrica nossos vizinhos terão contraído uma dívida para conosco equivalente a cinco anos de seu Produto Interno Bruto (Jornal Nosso Tempo, 21 a 27 de julho de 1980).

As controvérsias com a Argentina também exigiram entendimentos políticos, uma vez que a Argentina temia que a construção e a operação da Itaipu prejudicasse a sua navegação e outras implicações¹⁸. “A decisão brasileira de iniciar os trabalhos da maior barragem do mundo foi tomada no início dos anos 1960. Mas foi só em 1979 que um acordo tripartite, celebrado pela Argentina, Brasil e Paraguai, sela o entendimento dos países ribeirinhos” (CAUBET, 1991, p. 15). Denominado “Acordo sobre cooperação técnico-operativa entre os aproveitamentos de Itaipu e Corpus”, estabeleceu vários itens, destacando-se:

A Itaipu Binacional e a entidade que tenha a seu cargo o aproveitamento projetado na zona de Corpus estabelecerão procedimentos adequados de coordenação operativa entre ambos os aproveitamentos para obtenção de benefícios recíprocos, incluindo o intercâmbio da informação pertinente dos três países, que seja possível antecipar” (Atos Oficiais da Itaipu Binacional, 1996, pp. 79-80).

A causa do impasse entre as duas represas está nas palavras de Ferraz:

A Argentina projetou uma usina em um lugar denominado Corpus, um pouco a jusante da foz do rio Iguaçu, e levantou uma série de questões que, a meu ver, não pareciam razoáveis e dificultaram um pouco a solução brasileira de Itaipu. Mas foi uma questão política, na qual o Brasil achou que deveria ceder, e cedeu, elevando um pouco o nível da parte inferior da usina (PEREIRA, 1974, p. 45).

O fato de as autoridades militares estarem no poder em todos os países da Bacia do Prata explicita os conflitos geopolíticos decorrentes da construção de

Itaipu. Para os militares, as relações internacionais estão estritamente subordinadas às concepções geopolíticas do poder (CAUBET, 1991).

Após a assinatura da Ata do Iguaçu entre Brasil e Paraguai¹⁹, em 22/06/66 foi criada a Comissão Técnica Brasileiro-Paraguaia para a implementação do disposto na Ata do Iguaçu. O trabalho da Comissão prorrogou-se até abril de 1970, quando foi celebrado o 'Convênio de Cooperação' entre a Comissão Técnica, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e a Administração Nacional de Eletricidade (Ande), do Paraguai, até que em 26 de Abril de 1973 era assinado, em Brasília, o Tratado de Itaipu:

O Tratado de Itaipu é um documento bastante amplo, que também dispõe sobre a criação, em igualdade de direitos e obrigações, de uma entidade binacional denominada Itaipu, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico, outorgando-lhe, ademais, a concessão desse aproveitamento durante a sua vigência (50 anos) (Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996, p. 12).

Esse documento regula o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, desde Guaíra até Foz do Iguaçu.

Conforme Betiol, o Tratado de Itaipu é inovador e especial:

Primeiramente, ele é inovador no que diz respeito às relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai, pois que, em nenhum momento da história dos dois países, a cooperação econômica atingira um tal nível. Em segundo lugar, ele é especial porque estabelece as bases jurídicas para o aproveitamento internacional de recursos energéticos de um rio fronteiriço, bem como cria um organismo internacional incumbido da gestão desse aproveitamento (1983, p. 3).

"Promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações brasileira e paraguaia" (Anexo C do Tratado de Itaipu). Segundo o então presidente da Itaipu, General Costa Cavalcanti, este foi o enfoque que norteou o entendimento entre os governos do Brasil e do Paraguai para a assinatura de um tratado internacional que resultou na criação de uma entidade binacional denominada Itaipu (*Apud* MÜLLER, 1995).

Para o Paraguai, a produção energética passou a revelar um bom negócio. No bojo das discussões sobre a Itaipu, o Paraguai construiu, em 1967, a usina de Acaraí, afluente do Paraná, cuja maior parte de produção vende a cidades da Argentina e do Brasil na fronteira. As obras receberam financiamento do BID. Mais recursos foram pleiteados para produzir e exportar eletricidade, desta vez no Rio Monday. De acordo com Pereira:

Produzir energia para vender fora não altera a estrutura fundiária do Paraguai e põe nas mãos dos que se encontram no poder milhões de dólares que lhes

umentam a força política. Para um país, cuja receita cambial não passara, em 1971, de 52 milhões de dólares, pode-se imaginar o significado dessa nova forma de utilizar a eletricidade. Abria-se a Stroessner a perspectiva de vender eletricidade, como os xeques árabes vendem petróleo, ou seja, sem os riscos de montar ‘fábricas’ que trazem greves e comunismo (1974, p. 88).

No dia 10 de novembro de 1989, os presidentes do Brasil, José Sarney, e do Paraguai, Andrés Rodrigues, inauguraram a Casa de Força do Leito do Rio Paraná e a entrada da 15ª Unidade Geradora. Na oportunidade, o pronunciamento do presidente do Paraguai enaltecia a importância da Itaipu com as seguintes palavras: “Itaipu foi convertida no ponto nevrálgico do entendimento paraguaio-brasileiro, para caminharmos juntos pela estrada do progresso à meta de nosso destino comum de grandeza e bem-estar” (Jornal Canal de Aproximação, novembro de 1989).

Mas esse discurso nem sempre foi condizente com os fatos que marcaram uma relação conflituosa entre Brasil e Paraguai, no que diz respeito à Itaipu. Por se sentir prejudicado com algumas cláusulas do Tratado de Itaipu, o governo paraguaio solicitou uma revisão para melhor adequar-se aos novos tempos. Passados 20 anos da assinatura do Tratado, paraguaios e brasileiros reuniram-se na empresa para a comemoração. “Na ocasião o diretor geral do lado paraguaio, Miguel Luciano Jiménez, insistia na revisão do Tratado. Por sua vez, o diretor geral do lado brasileiro, Francisco Gomide, admitiu uma revisão para fins de reajuste à nova realidade de duas décadas após a assinatura” (Jornal de Foz, 29/04 a 4/5/93).

Na oportunidade, o presidente paraguaio afirmou a importância da Itaipu não somente como produtora de energia, mas também como um “preponderante fator de desenvolvimento”, o que coincide com o ideário geral de produção industrial como motor para o desenvolvimento econômico.

Há algum tempo o Paraguai vem pedindo a revisão do anexo A do Tratado de Itaipu, no qual se estabelece que o Paraguai só tem direito a um cargo – o de diretor geral. Segundo o diretor geral do lado paraguaio, a opinião pública e o Congresso Nacional do Paraguai rechaçam o disposto no referido artigo. “Ele defende uma revisão imediata e elege isso como prioridade para que possam definir o rumo pelo qual devem seguir” (*Ibid*). Há outros artigos que os representantes paraguaios também querem rever. “O Paraguai pretende vender energia para outros países da América Latina, mas o Tratado prevê que o seu excedente poderá ser vendido somente ao Brasil” (*Ibid*).

Canese observa dois aspectos mais críticos do Tratado de Itaipu:

- a) La imposibilidad de vender la energía. El tratado prohíbe que se transfieran cargas eléctricas a terceros países. Esta cláusula es no sólo inconveniente para el Paraguay, sino para el mismo Brasil, según se probó en el punto

correspondiente a la integración energética. Durante la crisis energética Argentina, el Paraguay y el Brasil dejaron de percibir 380 M US\$ cada uno, cuanto menos, debido a esta cláusula (y a la ausencia de la infraestructura al texto del tratado, que hace inviable cualquier proyecto de interconexión eléctrica).

- b) La falta de criterio de cálculo de “royalties” e compensación. Desde la firma del tratado, el 26 de abril de 1973, hasta la fecha, se desconoce el criterio de como fueron calculados los valores de 300 US\$/GWh cedido, para la compensación, y de 650 US\$/GWh generado, para los “royalties”. Esta falta de criterios es inadmisibile y existen claros indicios que le perjudican al Paraguay. El criterio establecido en el tratado de Yaceretá para la compensación por la unitario de 2.998 US\$/GWh, no casualmente casi 900% mayor que el mismo valor unitario fijado en el tratado de Itaipu (1990, p. 141).

Em 1993, o candidato à presidência da República do Paraguai pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Domingo Laino, declara:

Nós acreditamos que o Tratado de Itaipu foi assinado há 20 anos, dentro da ótica de dois governos autoritários, e como é uma empresa produtora de energia elétrica, naturalmente necessita de uma revisão para se ajustar às novas condições imperantes. Nós cremos que é importante revisar o Tratado e também democratizar a Itaipu. A Itaipu é criticada por ser uma entidade muito fechada - uma espécie de supra-nação. Falta impor mais controle - porque há graves denúncias sobre a utilização dos multi-milionários recursos da Itaipu (Jornal Gazeta do Iguazu, 20/02/93).

De acordo com Canese (1990, p. 49): “O tratado de Itaipu, concedido na época do auge da doutrina de Segurança Nacional na América do Sul, deve ser modificado para beneficiar não só o Paraguai mas toda a região, que seria favorecida com menores custos do serviço de eletricidade”.

Passados 10 anos desde essas reivindicações de revisão do Tratado, até julho de 2002, não houve nenhuma alteração do mesmo.

Apesar da insatisfação demonstrada pelas lideranças políticas do Paraguai, documentos oficiais brasileiros alardeiam a seguinte expressão:

Os reflexos geopolíticos e as conseqüências práticas de aproximação brasileira-paraguaia em torno de Itaipu ainda não foram inteiramente avaliados pela opinião pública continental.

Preliminarmente, há que acentuar e louvar o exemplo de cooperação e solidariedade continental proporcionado pelo Brasil, preferindo explorar o enorme potencial da região em um regime de cooperação com o país vizinho,

desprezando soluções unilaterais para o aproveitamento energético do rio Paraná. Isto foi feito em nome da solidariedade continental e este atendimento entre os dois povos vizinhos conserva o controle e o poder de decisão sobre o uso da imensa riqueza em mãos dos respectivos governos.

O consórcio binacional constituído para concretizar os desejos de cooperação manifestados pelos dois governos interessados constitui-se um exemplo marcante de cooperação internacional e seus efeitos perdurarão muito além da conclusão da obra.

Em uma primeira fase, que se estenderá por todo o período de sua construção, a usina de Itaipu terá efeitos dinamizadores sobre a economia de ambos os países, além da oferta de energia abundante que, por si só, já constitui requisito indispensável para o desenvolvimento.

[...] poder-se-á dizer que o impacto sobre sua economia será tão significativo que, no futuro, não se poderá compreender o Paraguai sem Itaipu (*Apud* CAUBET, 1991).

Também argüindo a favor da Itaipu, o General José Costa Cavalcanti – então Presidente da Itaipu – questionado, em entrevista, sobre as maiores dificuldades políticas, afirmava o seguinte: “O que surpreende nesta obra binacional é justamente a não ocorrência de dificuldades políticas capazes de ameaçar ou obstacularizar os esforços, visando levá-la a bom termo, pelo menos até o presente momento” (*Revista Energia Elétrica*, 1979, p. 18).

Quando se refere à infra-estrutura, na qual as decisões são predominantemente públicas, mas com influência determinante das empreiteiras, acumulando gastos gigantescos como a própria dívida externa, Dowbor (1994b, p. 67) afirma que:

[...] para desenvolver um programa atômico sem nenhum sentido, uma rodovia Transamazônica entre nada e o nada, uma ferrovia do aço que, segundo a imprensa tem mais túneis e pontes do que trechos normais, e uma central hidrelétrica que arcou com todos os sobrecustos de querer ser a maior do mundo. [...] só na central foram 18 bilhões, dinheiro suficiente para comprar bons estabelecimentos agrícolas para todos os sem-terra do País.

Este autor reforça a tese de Ferraz a respeito das várias alternativas de se construir hidrelétricas de porte médio, acompanhando assim o aumento da demanda de energia de forma gradual e de acordo com a necessidade. Poderiam tais hidrelétricas menores propiciar tanto o desenvolvimento econômico nacional como local sem, pelo menos em princípio, subordinar totalmente o local ao projeto nacional que ocorre em locais distantes de onde as obras são implantadas.

Discordando um pouco dos números, mas com a mesma veemência de denúncias, Schilling & Canese (1991, p. 8) defendiam

[...] a apuração do caso mais flagrante de corrupção em escala monumental: a construção da hidrelétrica de Itaipu. A Câmara dos Deputados já aprovou a constituição de uma CPI para averiguar as causas da brutal disparidade entre o orçamento inicial da represa e o seu custo final: US\$2,033 bilhões e mais de US\$20 bilhões. Mesmo descontando a inflação internacional e a desvalorização do dólar no período, a fraude será possivelmente a maior da história do capitalismo.

Os beneficiados da corrupção de grandes barragens na América Latina também são merecedores de atenção por Glen Switkes:

Fornecedores de equipamentos e consultores de engenharia de Tóquio e Oslo traficavam seus serviços, passando envelopes fechados para funcionários públicos como apreciação pela sua cooperação. A Barragem de Yaceretá causou uma dívida de US\$ 10 bilhões e a de Itaipu, US\$ 20 bilhões. Pelo menos 40% da enorme dívida externa brasileira foi acumulada por investimentos do setor elétrico. Os ditadores provavelmente sabiam que eles não estariam no poder quando as contas vencessem (www.riosvivos.org.br).

Para o General José Costa Cavalcanti,

[...] os investimentos deverão ser pautados em consonância com os recursos assegurados e de acordo com as prioridades fixadas, procurando-se reduzir cada vez mais os dispêndios de custeio, obras de infra-estrutura e outros itens, objetivando concentrar maior parcela dos recursos nas instalações de energia propriamente ditas.²⁰

Para Schilling e Canese (1991, p. 8), o “manto protetor dos regimes militares então vigentes no Brasil e no Paraguai fez crescer, é obvio, desmedidamente, a corrupção que tradicionalmente se verifica na construção de obras públicas em nossos países”. Acrescente-se a isto o fato de que a corrupção e a impunidade, tão características do ambiente fechado das ditaduras, impuseram severos estragos à consecução de diversas metas (CASTRO & SOUZA, 1985). O autoritarismo, tão presente também no regime militar brasileiro, mutilou a participação política e social da sociedade em grandes decisões de interesse do país, como foi a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

O que merece ser apontado como causa da crise energética, segundo o professor Cláudio Weber Abramo, da Unicamp,

é a incapacidade de planejamento do Estado, resultante da destruição da estrutura técnico-burocrática pelo fisiologismo e pela corrupção, e o estrangulamento financeiro pelo desperdício e, de novo, pela corrupção, como no caso de usinas construídas a preços muito superiores ao justo” (Folha de São Paulo, 09/06/01).

Os novos arranjos espaciais proporcionados pela formação do lago produziram e produzem inquestionáveis impactos pelos quais o Estado não se responsabilizou. Isto é demonstrado com os vários problemas criados pela construção do reservatório que deu origem à região formada pelo Lago de Itaipu (SOUZA, 2002).

NOTAS

¹ “O Plano de Metas foi a espinha dorsal do nacionalismo desenvolvimentista. Era um equilíbrio contraditório entre o discurso nacionalista desenvolvimentista e realizações econômicas fundamentadas na abertura ao capital estrangeiro. O plano teve origem em economistas da CEPAL e do BNDE. O plano pretendia acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividade produtoras. Enfim, aumentar a oferta de emprego, desenvolvendo cinco pontos básicos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação” (SILVA & BASTOS, 1983, p. 284).

² O I PND foi criado durante o governo Médici (1969-1972). Foram atingidos altos índices de crescimento econômico. Foi a época do chamado “milagre econômico ou brasileiro”. Este “milagre” foi o resultado de um conjuntura econômica internacional onde os países imperialistas procuravam produzir a custo mais baixo. Para tanto, procuravam os países atrasados, onde se processava uma política de arrocho salarial.

Esse “progresso” econômico, cerca de 11% ao ano, causou uma euforia consumista, onde a classe média, beneficiada por altos salários, passou a consumir em larga escala e a praticar a especulação imobiliária.

Mas o grande beneficiado pelo “milagre” foi o capital estrangeiro, que praticamente passou a dominar a economia nacional, “engolindo” a pequena e média empresa e aumentando o endividamento externo, que passou a consumir uma parcela considerável da riqueza nacional.

Enquanto o capital estrangeiro se apossava da economia nacional, através do endividamento externo, altas taxas de crescimento econômico ocorriam devido ao crescimento industrial.

Portanto, o milagre econômico era conduzido por uma sólida aliança entre três grupos de interesses: o Estado, que por meio das empresas estatais fornecia infra-estrutura e insumos básicos, como aço e energia; as multinacionais, que transformavam tudo isso em bens de consumo duráveis, como os automóveis; e a burguesia nacional que controlava o comércio e o mercado financeiro e detinha o mapa do poder e dos meandros do Estado. Essa aliança era chamada de tripé do milagre econômico.

Entretanto, a maioria da população tinha seu salário real diminuído. É por isso que uma frase ficou comum a esse período foi: “A economia vai bem e o povo vai mal” (Energia Elétrica no Brasil: Breve Histórico 1880-2001, 2001; FURTADO, s/d; OLIVEIRA, 1989; KUCINSKI, 2001).

³ O II PND foi formulado pela equipe econômica do governo Geisel, comandada por Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda e por João Paulo dos Reis Velloso na Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, para o período de 1975-79.

⁴ “O preço do petróleo subiu porque os países árabes suspenderam suas exportações de petróleo em represália ao apoio das nações do Ocidente a Israel, na guerra do Yom

Kupur, deflagrada em setembro de 1973. A guerra logo terminou, mas o preço do petróleo não baixou” (KUCINSKI, 2001, p.15).

- 5 O período pós-64 caracterizou-se pela consolidação e expansão da Eletrobrás como agência de planejamento setorial e holding. “A Lei Federal nº 3.890, de 25/04/1961, cria as Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobrás, que estabelecia com seus objetivos a ‘realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica’. A partir de então, a Eletrobrás assumiu o papel, até aquele momento desempenhado pelo BNDE, de entidade federal de planejamento do setor, passando a administrar o Fundo Federal de Eletrificação e a carteira das aplicações efetuadas junto às concessionárias” (LIMA, 1995a, p. 81).
- 6 Com destaque para: “Tucuruí (4.000 MW), no rio Tocantins, primeiro grande empreendimento da região amazônica; Itaparica (2.500 MW), Sobradinho (1.050 MW) e Paulo Afonso IV (2.500 MW), todas no rio São Francisco; Itumbiara (2.100 MW), Emborcação (1.000 MW) e Porto Primavera (1.800 MW) na Região Sudeste; Salto Santiago (2.000 MW), Foz do Areia (2.500 MW) e Ilha Grande (2.000 MW) na Região Sul” (LIMA, 1995a, p. 121).
- 7 “Enquanto vigiram condições favoráveis de liquidez do sistema financeiro internacional, os investimentos públicos garantiram à economia brasileira um patamar mínimo de crescimento. Entretanto, ao final da década de 1970, o novo choque do petróleo e o prenúncio da crise financeira internacional impuseram limites insuperáveis à manutenção da estratégia de desenvolvimento. As orientações de política econômica definidas pelo II PND foram então abandonadas, para dar lugar a uma política de ajustamento econômico, que resultou na crise da economia brasileira dos anos 1980” (LIMA, 1995a, p. 90).
- 8 “O governo empossado em 1974 anunciou, através do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que o ‘Brasil se empenhará [...] em ‘coibir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento’. Castro & Souza (1985, p.30). Assevera Rodrigues (1998, p. 44) que: “[...] podemos considerar, de modo geral, que nas teorias que explicitam as diferenças do mundo, e as relações entre países, há um aspecto convergente, qual seja, o de considerar a possibilidade de que, com o tempo, conseguir-se-iam eliminar as diferenças de desenvolvimento por meio da produção, do desenvolvimento das forças produtivas e do trabalho”. Conforme Rodrigues (1998), a proposta para sair do subdesenvolvimento, defendida pelo ideário cepalino, era proporcionar aos países da América Latina o processo de industrialização – denominado de processo de substituição de importações.
- 9 A reordenação institucional do setor de energia elétrica expressou uma nova configuração das relações entre o Estado e a sociedade, que emergiu a partir de 1930 e alcançou momento culminante com a aprovação do Código das Águas em 1934, instituído pelo Decreto Federal nº 24.643, de 10 de julho de 1934. No capítulo sobre o aproveitamento das águas, destacam-se: “a) Adoção do regime de concessões para o aproveitamento da energia hidráulica, de forma a consagrar o domínio público sobre os recursos hídricos; b) no âmbito do domínio público, atribuição do poder concedente à instância do Poder Executivo que detivesse o domínio das águas. c) criação da Comissão Federal de Forças Hidráulicas para propulsionar o desenvolvimento da indústria hidrelétrica no país” (LIMA, 1995a, p.24). O Código das Águas constitui marco da intervenção do Estado não apenas porque dotou o setor de energia elétrica de estatuto jurídico próprio da inserção do Estado no processo de acumulação de capital, mas porque significou um instrumento decisivo de alargamento da atuação e das funções do Estado (LIMA, 1995a). “Quanto aos aspectos legais e institucionais da política brasileira de recursos hídricos, verificamos que há mais de 65 anos (10/07/1934) o Código das Águas inaugurou o

direito da Água no Brasil, modificado em 1988 pela nova Constituição Federal, com avanços significativos, como a extinção do domínio privado, garantindo o domínio público de todos os corpos d'água" (SENRA, 2001, p. 140).

- ¹⁰ O artigo de Glenn Switkes faz um paralelo do paradigma de governos militares que predominou na América Latina durante os anos 60, 70 e 80. Conforme o autor, as grandes barragens se tornaram monumentos de militares déspotas que tomaram o poder nessa época. Barragens famosas como Itaipu, Guri, Tucuruí e Yaceretá se tornaram peças centrais de planos ambiciosos de expansão da mineração e industrialização (www.riosvivos.org.br).
- ¹¹ "Desde os primórdios da utilização da energia elétrica no Brasil, na virada do século, até o fim da Segunda Guerra Mundial, a exploração dos serviços de eletricidade no Brasil era, virtualmente, um monopólio privado. Com raras exceções, em escala muito pequena, todas as atividades do Setor Elétrico estavam a cargo de concessionárias privadas, na maioria estrangeiras" (COTRIM, 1994, p. 22). Essa realidade da participação dos investimentos privados no setor elétrico está relacionada ao contexto histórico da mudança da realidade socioeconômica brasileira. A transformação da economia essencialmente agrícola em industrial e os seus desdobramentos, rural/urbano, são fatores de arrefecimento da participação da iniciativa privada.
- ¹² Ex-Ministro do Interior no Governo do Presidente Médici, ex-Ministro das Minas e Energia, no período de 15 de março de 1967 a 30 de janeiro de 1969, foi nomeado Diretor Geral da Itaipu Binacional em 17 de maio de 1974 e ficou neste cargo até maio de 1985.
- ¹³ Pronunciamento em 29/06/1979, por ocasião da visita dos deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, para testemunhar o andamento das obras de Itaipu.
- ¹⁴ Otávio Marcondes Ferraz, realizador da Usina de Paulo Afonso, ex-presidente da Eletrobrás, ex-Ministro da Viação e Obras Públicas e ex-Ministro Interino de Minas e Energia - Governo Castelo Branco, segundo "Comentários sobre a Solução Itaipu." - Relatório, Rio de Janeiro, 26/04/76. mimeo.
- ¹⁵ Conjunto de cascatas, situadas próximas a Guaíra, e que servia de cartão postal para a cidade em virtude da beleza dessas águas.
- ¹⁶ Em que pese a importância de analisar as questões de fronteira e de relações internacionais para poder compreender a complexidade das problemáticas territoriais estamos, nesta pesquisa, limitando as informações e os debates com relação ao aproveitamento da água para geração de energia.
- ¹⁷ Cabe destacar que não se trata apenas da água como elemento da natureza, mas de sua dimensão territorial.
- ¹⁸ "A barragem sempre altera o regime de vazão a jusante e, com isto, rompe-se o equilíbrio ecológico anteriormente existente. Decorrem, às vezes, anos para que o equilíbrio se restabeleça – quando ele se restabelece. Concorrem para essa situação a pobreza de nutrientes da água de sedimentos, a concorrência da flora lacustre se desenvolve, a insolubilização, no reservatório, de diversos compostos úteis dissolvidos na água, e a retenção de organismos (plâncton) antes encontrados na água corrente" (Revista Brasileira de Energia Elétrica, 1975, p. 11).
- ¹⁹ Os chanceleres do Brasil e do Paraguai reuniram-se no Hotel das Cataratas, em Foz do Iguaçu. "Assinaram a 'Ata do Iguaçu', comprometendo-se a promover a correta demarcação da fronteira em Guaíra e proclamando a 'disposição de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hidráulicos

pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto de Sete Quedas'. Também estabeleceram que 'a energia eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu, seria dividida em partes iguais pelos dois países (Foz do Iguaçu – Retratos, 1997, p.28).

- ²⁰ Palavras pronunciadas ao assumir a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, no dia 29 de setembro de 1980, acumulando com o cargo da Itaipu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETIOL, Laércio. Itaipu – Modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CANESE, Ricardo. La problemática de Itaipu - Análisis de los principales aspectos economicos, financieros y energéticos. Asunción, Paraguay, 1990.

CARVALHO, I.C. M. Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos. In IF Série Registros. São Paulo (9): 1-57, 1991.

CASTRO, Antonio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. Economia brasileira em marcha forçada. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CAUBET, Christian G. As grandes obras de Itaipu. São Paulo: Editora Acadêmica, 1991.

COTRIM, John R. A história de furnas – das origens à fundação da empresa. Rio de Janeiro: Furnas Centrais Elétricas, 1994. Vol. I.

DOWBOR, Ladislaw. O que é poder local? São Paulo: Primeiros Passos, 1994b.

FERREIRA, Márcia A. A. M. Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul – o caso do cimento. Presidente Prudente: Unesp, 1999 (Dissertação de Mestrado).

FURTADO, Celso. O Brasil pós-“milagre”. 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.

GONÇALVES, Carlos W. P. Paixão da Terra – ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Soccio, 1984.

_____. Impacto ambiental e regime político. In Hidrelétricas, ecologia e progresso – contribuições para o debate. CEDI: Rio de Janeiro, 1990.

_____. Os (des)caminhos do meio ambiente. 5º ed. São Paulo: Contexto, 1996.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993. Trad. Geraldo Gerson de Souza.

KUCINSKI, Bernardo. O fim da ditadura militar. O colapso do “milagre econômico”. A volta dos quartéis. A luta pela democracia. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, José Luiz. Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica –do Código das Águas à crise dos anos 80 (1934 – 1984). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1995a.

_____. A trajetória do setor de energia elétrica na década de 1970. In DIAS, Renato Feliciano (Coord.) A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil. Ciclo de Palestras. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1995b.

MÜLLER, A. C. Hidrelétrica, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Makron Books/Itapu Binacional, 1995.

PEREIRA, Osny D. Itaipu prós e contras – ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PIQUET, Roselle. Grandes projetos e tendência na ocupação no território. In Revista Espaço e Debates. Nº 31, 1990.

OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, Biblioteca de Economia, 1989.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROSA, Luiz P. Os grandes projetos e o setor elétrico. In ROSA, Luiz P. SIGAUD, Lygia & MIELNIK, Otávio (Coord.) Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988.

SCHILLING, Paulo. O homem, a ecologia, a soberania e o desenvolvimento. In SCHILLING, Paulo & CANESE, Ricardo (Orgs.). Itaipu: geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991.

SENRA, João Bosco. Água, o desafio do terceiro milênio. In VIANA, Gilney. SILVA, Marina & DINIZ, Nilo (Orgs.) O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SHIMIDT, Benício Vietro. O Estado e a política urbana no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

SILVA, Francisco de Assis & BASTOS, Pedro Ivo de A. História do Brasil: Colônia, Império e República. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1983.

SOTUYO, Patrícia Cláudia G. Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu. Florianópolis: UFSC, 1998 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Edson Belo Clemente de. Estado: produção da região do Lago de Itaipu – turismo e crise energética. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2002 (Tese de Doutorado).

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. In Revista Econômica Política. vol.8, nº4, São Paulo, out.dez./1988.

VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

OUTRAS REFERÊNCIAS:

Atos Oficiais da Itaipu Binacional. Curitiba: Itaipu Binacional, 1996.

Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Octavio Marcondes Ferraz – Um Pioneiro na Engenharia Nacional. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993.

A Energia Elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à Eletrobrás). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

Energia Elétrica no Brasil – Breve Histórico 1880-2001. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2001.

Foz do Iguaçu – Retratos. Umuarama, PR: Editora Paraná, 1997.

Jornal Nosso Tempo, 21 a 27/07/80.

Jornal Canal de Aproximação. Os Presidentes em Itaipu. Foz do Iguaçu, Ano III, Nº 29, novembro de 1989.

Jornal de Itaipu, fevereiro de 1996.

Jornal de Foz, 29/04 a 04/05/93.

Jornal Gazeta do Iguaçu, 20/02/93.

Jornal Folha de São Paulo, 09/06/01.

Revista Brasileira de Energia Elétrica, 1975.